

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: MP junto ao TCU valida parecer sobre megaleilão.....	2
Título: Situação financeira de estatais não pode ser principal critério de venda, dizem analistas.....	3
Título: Petróleo cai após avaliação saudita de rápida retomada.....	5
Título: Trump vai descobrindo a realidade do Oriente Médio.....	8
Título: Autonomia da Petrobras nos preços dos combustíveis volta a ser testada.....	10
Título: Brent cai 6,47% após sauditas minimizarem danos.....	12
Título: Mina de ferro do Mubadala deve iniciar operação em 2021.....	14
Título: Eneva obtém licença no AM e avança no projeto de Azulão.....	15
Título: Curtas.....	16
Título: BNDES vê alta nos desembolsos a usinas.....	16
Título: Etanol de milho cresce em ritmo acelerado.....	18
Título: CPFL não consegue anular no STJ cobrança fiscal de R\$ 511 milhões.....	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	21
Título: Brasileiro já pagou R\$ 32 bi em taxas extras na conta de luz.....	21
Título: Sauditas retomam produção e petróleo cai 6,5%.....	22
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	23
Título: Saudistas retomam produção e petróleo cai.....	23
Título: Preço do etanol reage e sobe a reboque dos ataques.....	26
Título: Garimpeiros querem punição a fiscais por queima de máquinas.....	28
VEÍCULO: O Globo.....	30
Título: Guedes: ‘Petróleo quem resolve é a Petrobras’.....	30
Título: Forte oscilação da cotação do barril preocupa indústria e serviços.....	32

Título: Governo planeja abrir país a navios estrangeiros.....	33
Título: Grave erro	35
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	36
Título: B3 bate 104.616 pontos. Barril do petróleo recua	36
Título: Preço cai em alguns postos.....	37
Título: Preocupação agora é com a estatal.....	39
Título: Alerta com questões geopolíticas.....	41
Título: Regalias históricas da CEB agravam crise financeira	43
Título: Privatização em andamento	45

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Murillo Camarotto — De Brasília

Título: MP junto ao TCU valida parecer sobre megaleilão

Estimativas oficiais apontam para volumes de excedente de 6 bilhões a 15 bilhões de barris de petróleo

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) endossou o conjunto de recomendações contidas no parecer técnico elaborado pelos auditores do órgão de controle sobre os estudos do megaleilão de venda dos excedentes da cessão onerosa. A manifestação foi protocolada no fim da tarde de segunda-feira pelo procurador Júlio Marcelo, conhecido por ter instruído o processo que evidenciou as práticas de “pedaladas” fiscais no governo Dilma Rousseff.

A Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (Seinfra Petróleo) do tribunal, conforme o **Valor** antecipou na semana passada, propôs a aprovação dos estudos, mas com ajustes nas regras do leilão para acirrar a competição entre as empresas. Com a manifestação do procurador, a posição

da área técnica do tribunal é reforçada. Reservadamente, o procurador classificou o laudo técnico como “bastante consistente”.

Após a conclusão do parecer do MP junto ao TCU, o processo retornou no mesmo dia ao gabinete do relator, o ministro Raimundo Carreiro. Agora, há a expectativa de que a análise do ministro seja concluída nas próximas semanas e, então, submetida ao plenário da corte, o que ainda não tem data para ocorrer.

O **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, informou na semana passada que uma das ponderações da Seinfra resultou na recomendação ao governo de que os quatro blocos na bacia de Santos (Búzios, Atapu, Itapu e Sépia) sejam divididos em categorias e leiloados em diferentes datas. Na opinião dos técnicos do tribunal, isso aqueceria a disputa entre petroleiras estrangeiras.

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a manutenção da estratégia de venda das reservas no mesmo dia, em audiência a portas fechadas com o relator e o presidente do TCU, José Múcio. Guedes sustentou que o fatiamento não teria efeitos sobre a concorrência, já que diferentes players demonstram interesse por cada tipo de bloco.

Mesmo sem o aval do TCU, o edital foi publicado no último dia 6 pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Alguns ajustes que vinham sendo sinalizados pela Seinfra ao governo já foram incorporados nessa versão final.

O megaleilão está marcado para 6 de novembro. As estimativas oficiais apontam para volumes de excedente de 6 bilhões a 15 bilhões de barris. Se negociar todos os blocos, o governo arrecadará R\$ 106 bilhões em bônus de assinatura.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Anaïs Fernandes — De São Paulo

Título: Situação financeira de estatais não pode ser principal critério de venda, dizem analistas

O bom desempenho financeiro de algumas estatais brasileiras é ponto favorável à privatização dessas empresas, que se tornam mais atrativas aos olhos dos investidores, mas a questão da lucratividade não pode ser o principal quesito para determinar quando e como o governo vai se desfazer de seus ativos, ponderam especialistas.

O fato de estatais pagarem dividendos “mostra o potencial que elas têm”, diz Armando Castelar, coordenador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Reportagem do **Valor** mostrou que as estatais “top 5” - Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Petrobras e Eletrobras - somaram lucro líquido de R\$ 61 bilhões no primeiro semestre deste ano, avanço de 69% ante igual período de 2018. Entre essas, apenas a respeito da Eletrobras há intenção clara do governo de privatização, embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenha dito em entrevista recente ao jornal que pretende privatizar todas as estatais.

Para Castelar, só faz sentido uma empresa ser estatal se ela “cumprir papel social muito importante que não possa ser feito por outros instrumentos, a ponto de compensar a menor eficiência”, afirma.

Quando estatais apresentam bom desempenho, é comum ressurgir o debate se esse é ou não um bom momento para elas serem vendidas. Castelar lembra que esse foi o caso à época da privatização da Vale, em 1997. O fato de uma estatal pagar dividendos, ele prossegue, não invalida que ela seja privatizada. “Não significa que a empresa não possa ser ainda mais eficiente.” Ele observa também que, muitas vezes, bons resultados das estatais são situações mais episódicas do que recorrentes.

De acordo com dados compilados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, em 2015, o conjunto das empresas havia gerado prejuízo de R\$ 32 bilhões, por exemplo. “A ideia de privatizar é dar um incentivo para que essas situações não voltem a onerar os cofres públicos”, afirma Castelar.

Sergio Lazzarini, professor do Insper, reforça que “a decisão de privatizar não tem nada a ver com se a empresa está dando lucro ou prejuízo, é preciso dissociar essa decisão desse fato”.

Segundo ele, dois pontos precisam ser observados. O primeiro é o potencial de ganho produtivo da empresa com a mudança. “Nesse sentido, até estatais ruins podem ser privatizadas”, diz. O segundo ponto é, caso a companhia tenha um papel social, se essa função poderá ser mantida sob a gestão privada.

O peso de um balanço ajustado no processo de privatização varia ainda conforme o modelo escolhido para a transição, aponta Lazzarini. Se for uma privatização via mercado acionário, “é interessante já ter uma gestão estabelecida muito boa”, diz o professor. Mas, se a privatização for feita por bloco de controle, quem assume a empresa pode promover as mudanças necessárias.

Para maximizar o valor das empresas na mira da privatização, o governo precisa ao menos iniciar transformações em estatais com rentabilidade aquém do adequado, diz Antônio Bernardo, presidente da consultoria Roland Berger para o Brasil e América Latina.

Os Correios, por exemplo, não estariam prontos para serem privatizados. “É uma empresa com dimensão e massa crítica muito grande e que pode se transformar em uma companhia muito mais eficiente. O governo deveria ter um programa de transformação estratégico, organizacional e operacional, feito de forma intensa e que não demore muito, para tornar a empresa mais atrativa aos investidores”, diz.

Para o economista e professor da Escola de Economia da FGV Nelson Marcon, manter estatais lucrativas sob o guarda-chuva do governo pode ser importante para melhorar a situação fiscal da União e compensar outras empresas deficitárias, porém importantes. “Se é uma atividade característica do setor público ou estratégica para o desenvolvimento, vejo privatizar como um contrassenso. O fato de a empresa ter tido alguns erros na gestão não significa que o governo deva simplesmente se desfazer dela.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2019

Seção: Internacional

Autor: Anthony DiPaola — Bloomberg, de Dubai

Título: Petróleo cai após avaliação saudita de rápida retomada

A Arábia Saudita tentou superar ontem a pior interrupção na produção de petróleo de sua história dizendo ao mundo que suas exportações de petróleo não sofrerão, que as instalações atingidas no ataque de sábado voltaram a operar parcialmente e que a capacidade de produção voltará ao normal dentro de alguns meses.

A avaliação da situação pelo país - que antes do ataque produzia quase 10% do petróleo consumido no mundo - deu ao mercado o tão esperado esclarecimento após dias de especulações sobre a gravidade dos danos às instalações de Abqiaq, da estatal Saudi Aramco. Entretanto, os progressos têm sido mais lentos que o inicialmente esperado, e os preços do petróleo continuam elevados, com os operadores computando os riscos maiores ao fornecimento saudita.

“Nos últimos dois dias conseguimos conter os danos, recuperando mais da metade da produção que perdemos no atentado terrorista”, disse o ministro da Energia, príncipe Abdulaziz bin Salman, em Jidá. “A empresa conseguirá cumprir seus compromissos com os clientes neste mês, recorrendo às reservas de petróleo.”

Abqaiq está agora processando 2 milhões de barris por dia, segundo o presidente-executivo da Saudi Aramco, Amin Nasser. A unidade deverá retornar ao nível anterior ao ataque, de 4,9 milhões de barris/dia até o fim de setembro.

Logo após o ataque, autoridades indicaram que a maior parte da produção seria restabelecida em dias, com a plena capacidade operacional sendo retomada em algumas semanas. A perspectiva se tornou mais pessimista em seguida, com fotografias divulgadas mostrando a real escala dos danos causados a essa unidade crucial.

O ministro da Energia e o presidente da Saudi Aramco disseram aos clientes que as exportações de petróleo não serão reduzidas neste mês porque a empresa vai recorrer às suas reservas estratégicas. O país também reduziu temporariamente a taxa de processamento de petróleo das refinarias domésticas em cerca de 1 milhão de barris/dia, disponibilizando mais petróleo para embarque internacional.

Ainda assim, números sugerem que o país levará meses para se recuperar totalmente do ataque. A plena capacidade de 12 milhões de barris/dia só será restabelecida no fim de novembro, com cerca de 11 milhões restabelecidos até o fim deste mês, disse Abdulaziz. A Arábia Saudita quer produzir 9,8 milhões de barris/dia em outubro, em linha com os últimos meses.

Rebeldes huthis do Iêmen inicialmente reivindicaram a responsabilidade pelos ataques, embora os EUA tenham atribuído a ação ao Irã. O mercado petrolífero sofre com um sentimento de incerteza desde o ataque. O petróleo do tipo Brent caía 6,48% ontem, para US\$ 64,55 o barril na noite de ontem em Londres. Na segunda-feira, o Brent, que é referência internacional, teve alta de 15%, a maior já registrada em um único dia.

A alta histórica do preço reforçou a natureza sem precedentes da interrupção causada pelo ataque. Há décadas a Arábia Saudita é o grande estabilizador do mercado de petróleo, mantendo um grande colchão de capacidade de produção não utilizada, à qual pode recorrer em emergências, como a de 2011, durante a guerra na Líbia.

A suspensão de 5,7 milhões de barris/dia da produção saudita - a pior perda súbita da história - expôs a inadequação do colchão de fornecimento do resto do mundo. A Saudi Aramco aumentou a produção de outros campos ao máximo para substituir parte da produção perdida, segundo disse Nasser.

Os clientes da empresa estão sendo atendidos com petróleo estocado, embora ela esteja solicitando a alguns compradores que aceitem graus diferentes de qualidade de petróleo, segundo disse nesta semana uma fonte.

Outros países que aderiram aos cortes de produção da Opep, como Rússia, Cazaquistão e os Emirados Árabes Unidos, poderão reativar centenas de milhares de barris/dia de produção ociosa, mas isso não bastará para neutralizar as perdas.

Mesmo se a Aramco reparar os danos causados em Abqaiq, o risco de uma nova escalada do conflito na região paira sobre o mercado.

Arábia Saudita e Irã são inimigos históricos que respaldam lados opostos na guerra civil no Iêmen. A volatilidade da situação na região acabou chegando ao auge no começo deste ano, quando o presidente dos EUA, Donald Trump, lançou mão de sanções para tentar impedir todas as exportações de petróleo do Irã - a força vital de sua economia - após retirar unilateralmente os EUA de um acordo nuclear internacional.

Desde então, o Golfo Pérsico, origem de 33% das exportações mundiais de petróleo, transportadas por via marítima, vem sendo alvo de ataques. Embora Trump tenha mostrado relutância em ir à guerra, há poucas perspectivas de recuo das tensões, enquanto o príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman, decide como reagir ao atentado.

Abdulaziz disse que não comentaria a possibilidade de o Irã ser ou não o responsável pelo ataque. O Pentágono prepara um relatório sobre a autoria do atentado e pretende torná-lo público talvez já amanhã, disse ontem uma autoridade americana da área de defesa.

Os rebeldes huthis do Iêmen, que são apoiados por Teerã, disseram na segunda-feira que as instalações petrolíferas da Arábia Saudita continuarão a figurar entre seus alvos e que suas armas têm capacidade para alcançar qualquer ponto do país. Os EUA acreditam que o ataque de sábado às instalações petrolíferas da Arábia Saudita foi originado do sudoeste do Irã, segundo disseram autoridades à Reuters. Militares americanos disseram ainda que o sistema de

defesa para detectar ataques aéreos contra instalações da Arábia Saudita falhou e que poderiam ter sido detectados antes de ocorrerem.

A ameaça a partes fundamentais da infraestrutura saudita paira sobre a pretendida Oferta Pública Inicial (IPO, na sigla em inglês) da Aramco. Apesar disso, a estatal informou que está pronta para realizar a venda de ações a qualquer momento nos próximos 12 meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2019

Seção: Internacional

Autor: Roula Khalaf — Financial Times

Título: Trump vai descobrindo a realidade do Oriente Médio

Se vocês nos causarem dano, causaremos dano aos seus amigos. Essa tem sido a estratégia iraniana, evidente desde que os Estados Unidos entraram no modo de pressão máxima, ao rasgar o acordo nuclear de 2015 com o Irã e ao mutilar a economia iraniana com sanções muito duras.

Incapaz de impor retaliações diretas aos EUA - ou, mais provavelmente, temeroso demais das consequências disso - o Irã vem punindo os aliados americanos no Golfo Pérsico, fazendo da Arábia Saudita o seu principal alvo. O objetivo é demonstrar que o sofrimento causado pelas sanções americanas será disseminado. Já que o Irã não pode vender petróleo, outros produtores, e o mercado, vão sofrer também.

Essa estratégia pareceu funcionar por algum tempo: navios-tanque no Golfo Pérsico foram alvo de atentados, oleodutos sauditas foram sabotados e estações de bombeamento foram danificadas, tudo isso por meio de atentados cuidadosamente dosados, desfechados por grupos aliados dos iranianos, com baixo custo para Teerã. Em junho, um ataque militar ao Irã planejado pelos EUA, em resposta à derrubada de um drone americano, foi suspenso na última hora por Donald Trump, um presidente mais interessado em pôr fim a guerras do que em começar novas.

No sábado, no entanto, o manual de estratégia do Irã foi rasgado. Num ataque audacioso, um grupo respaldado pelo Irã atacou a joia da coroa saudita, o centro de processamento de petróleo Abqaiq, que beneficia metade da produção saudita, além de um campo de petróleo adjacente.

O impacto foi devastador, ao subtrair 5% da oferta mundial de petróleo e ao fazer com que os preços do combustível subissem inicialmente 15%. Ele foi

comparado por alguns ao choque causado pela invasão do Kuwait por Saddam Hussein, em 1990.

Se os ataques foram desfechos a partir do Iêmen, como afirmaram os rebeldes huthis, apoiados pelo Irã, ou a partir do Iraque, por milícias aliadas do Irã, como afirmam alguns americanos, ou mesmo a partir de território iraniano, ainda resta conferir. Se o ataque foi mais devastador do que o pretendido ou então deliberado e ordenado por Teerã para ter efeito máximo é coisa que talvez não se saberá jamais. Mas, seja quais forem as respostas, a responsabilidade recairá sobre o Irã. Essa provocação foi longe demais.

Mas a crise seria previsível se Trump tivesse conhecimento sobre o Oriente Médio anterior ao exercício do cargo. A saída dos EUA, ordenada por ele, do acordo nuclear com o Irã, o único avanço diplomático na região em décadas, foi motivada pela convicção equivocada de que o acordo fechado por seu antecessor, Barack Obama, era profundamente imperfeito e que só ele, Trump, o negociador-mor, poderia obter um resultado melhor.

Sua decisão ignorou a capacidade do regime iraniano de absorver pressões. Ele também não entendeu que o Irã parte para a ofensiva quando sente a necessidade de se defender. Seu apetite pelo risco é maior que o de seus vizinhos. E os grupos aliados que pode usar - do Iêmen até o Iraque, passando pela Síria e pelo Líbano - oferecem uma alavancagem que não pode ser igualada pelos países do Golfo Pérsico.

De fato, o atentado de sábado às instalações sauditas não pôs a nu apenas a vulnerabilidade da infraestrutura de petróleo saudita. Chamou também a atenção para o desastroso fiasco que foi a campanha militar de quatro anos dos sauditas no Iêmen, voltada para esmagar os rebeldes huthis, que podem ter sido os autores do mais recente atentado.

É possível que algumas autoridades do governo dos EUA, entre as quais John Bolton, o assessor de segurança nacional recentemente exonerado, tivessem um resultado em mente: a pressão ou a derrubada do regime iraniano, corroendo-o por dentro, ou levaria a uma campanha militar que teria o mesmo resultado.

Esse nunca foi um desfecho realista. Trump, além disso, não estava de acordo com o plano, preferindo ameaçar a guerra, mas não travar uma guerra de verdade. Seu pressuposto foi o de que o Irã iria se curvar e aceitar negociações sob suas condições.

A reação do Irã foi ganhar o máximo de alavancagem possível, provar que não se intimidará e garantir que, se tiver de voltar à mesa de negociações, não será

sob as condições de Trump. Essa perspectiva se tornou mais provável nas últimas semanas, com a França capitaneando os esforços para reconduzir os dois lados a novas negociações.

Intencionalmente ou não, o Irã agora se mostrou mais esperto. O atentado foi tão grave que os EUA - e a Arábia Saudita - não se apressaram em reagir. Uma retaliação militar americana poderá ocorrer a qualquer momento, mas exporia a Arábia Saudita a novos ataques.

Um conflito incontrolável no Oriente Médio não é o que Trump quer no momento em que se encaminha para uma campanha pela reeleição. Não sendo um estudante de história nem pessoa afeita a detalhes, ele está descobrindo, a duras penas, que é mais fácil iniciar uma crise no Oriente Médio do que controlá-la, que dirá pôr fim a ela.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Autonomia da Petrobras nos preços dos combustíveis volta a ser testada

A queda de 6% nos preços do petróleo, ontem, em meio à expectativa de recuperação da produção saudita até o fim do mês, aliviou a pressão das cotações internacionais sobre um possível reajuste imediato da Petrobras nos combustíveis, no mercado interno. O cenário de tensões entre EUA e Irã, no entanto, deve manter a volatilidade da commodity e voltar a testar a política de preços da estatal, nas próximas semanas. Acionistas da companhia e candidatos à compra das refinarias da empresa acompanham de perto os desdobramentos do episódio.

A alta do petróleo nos últimos dias é mais um teste para medir a autonomia da petroleira desde o episódio da intervenção do presidente Jair Bolsonaro (PSL) no reajuste do diesel, em abril. Mesmo com queda da cotação internacional, ontem, os efeitos da escalada de 14% na segunda-feira não foram totalmente eliminados e o preço do Brent acumula valorização de cerca de US\$ 4 por barril frente ao dia 13, data do último reajuste da estatal. Os contratos do Brent para novembro situaram-se, ontem, em US\$ 64,55 por barril.

A Petrobras decidiu não reajustar seus preços de imediato, sob a alegação de que o mercado apresenta, neste momento, uma volatilidade alta e que a reação súbita das cotações pode vir a ser atenuada. Vale lembrar que a política de preços da estatal não trabalha com periodicidade definida ou a obriga a

reajustar os valores de imediato após picos, embora reforce o compromisso com o alinhamento ao mercado internacional.

No entanto, as regras de precificação da petroleira criam, nos casos de estresse do mercado, um efeito dúbio: por um lado, a política de preços da estatal está em linha com as práticas de seus pares globais e dá um sinal de que a empresa tem liberdade para aplicar reajustes quando bem entender. Por outro, falta clareza sobre a metodologia da precificação, o que dá margem a questionamentos sobre a autonomia da empresa quando ela não reajusta seus preços na mesma intensidade que o movimento do mercado internacional. A fórmula de precificação sempre foi mantida em sigilo pela empresa, por motivos estratégicos.

O professor da Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ), Hélder Queiroz, defende que a decisão da Petrobras de não reajustar de imediato parece correta, uma vez que a cotação do barril deu sinais de queda. Ele comenta, porém, que o histórico de intervenção do governo nos preços ajuda a alimentar a desconfiança quanto à autonomia da empresa e que a credibilidade da política de preços é uma construção que exige tempo.

“A política de preços alinhados ao mercado internacional já teve sobressaltos [nos últimos anos], quando o governo Michel Temer decidiu criar subsídios para o diesel e quando o presidente Jair Bolsonaro ligou em abril para o presidente Roberto Castello Branco, no que o mercado interpretou como uma interferência [na suspensão dos reajustes do diesel]. Ainda não temos um período longo que nos permita dizer que a política de preços tenha se consolidado”, afirma.

O ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP) destaca, ainda, que não há clareza sobre em que medida os preços do petróleo já se acomodaram, em meio às tensões no Oriente Médio. “Uma coisa é o aspecto operacional [da produção saudita], que caminha para a recuperação, mas outra coisa é se haverá desdobramentos geopolíticos, entre EUA e Irã”, disse.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, a tendência é de volatilidade, com viés de alta, nas próximas semanas. “O episódio mostrou ao mundo uma vulnerabilidade na produção saudita que não estava precificada e o nível de tensão entre EUA e Irã aumentou. Não acredito que voltamos à estabilidade dos preços”, afirmou.

O consultor afirma que investidores olham com muita atenção para os preços da estatal, nesse momento em que a Petrobras avança com a venda de suas refinarias. Segundo ele, é muito importante que a empresa dê sinais positivos de autonomia, em meio às negociações. Isso porque o histórico de controle de preços no Brasil sempre foi tido como o principal entrave à entrada de novos

agentes no refino. O temor dos investidores é que, uma vez que passem a operar, tenham de competir com preços mais baixos por parte do principal agente do mercado.

Declarações do próprio presidente da República não ajudam a eliminar as desconfianças sobre a autonomia da empresa. O governo acumula episódios em que o presidente deu sinais de intervir no dia a dia da estatal e atropelou os ritos de comunicação da companhia. Na segunda-feira, Bolsonaro se antecipou à Petrobras e anunciou que não haveria reajustes imediatos nos preços.

O grau de autonomia da Petrobras já havia sido colocado em xeque no início do ano, quando Castello Branco indicou um amigo particular de Bolsonaro, Carlos Victor Guerra Nagem, para a gerência-executiva de inteligência e segurança da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Brent cai 6,47% após sauditas minimizarem danos

Os preços do petróleo fecharam em queda ontem, após atingirem na segunda-feira a maior alta em um único dia desde 2009. O movimento foi provocado, inicialmente, por informações divulgadas pela Reuters de que a retomada da produção da Arábia Saudita seria rápida, depois do ataque a instalações petrolíferas do país no fim de semana. No início da tarde, pelo horário de Brasília, o ministro da Energia do país, príncipe Abdulaziz bin Salman, deu uma entrevista coletiva confirmando a expectativa de recuperação, o que acentuou o ritmo de queda.

No fim do pregão, o petróleo do tipo Brent, referência internacional, caiu 6,47%, cotado a US\$ 64,55 o barril. Já o padrão americano, o West Texas Intermediate (WTI), recuou 5,65% para US\$ 59,34 o barril.

As cotações de ontem devolveram boa parte da alta de quase 15% verificada na segunda-feira, depois que drones atacaram o maior centro de processamento de petróleo da Arábia Saudita, que responde por cerca de 5% do fornecimento mundial de petróleo. Rebeldes iemenitas reivindicaram a autoria do ataque, mas os Estados Unidos disseram que ele foi orquestrado pelo Irã.

As informações divulgadas pela Reuters, com base em fontes não oficiais, diziam que a produção de petróleo da Arábia Saudita seria totalmente retomada nas próximas duas a três semanas. Na coletiva, o ministro saudita afirmou que 50% da produção afetada pelos ataques, de 5,7 milhões de barris por dia, já foi restaurada e o total será normalizado até o fim do mês, voltando aos 11 milhões de barris diários. Durante a entrevista do ministro, o Brent chegou a cair mais de 7%.

As estimativas vêm variando bastante sobre quando a produção saudita retornará ao normal. Quatro fontes a par das avaliações dos danos disseram ao “Financial Times”, na segunda-feira, que poderá levar meses até que a produção volte ao normal.

“O impacto definitivo vai depender da combinação da extensão dos danos, a resposta americana e saudita, e se novos ataques ocorrerão, mas o atual declínio da produção vai intensificar o aperto do mercado petrolífero, que já acontece, e poderá acrescentar aos preços um ágio mais duradouro sobre os riscos geopolíticos”, disse Greg Sharenow, um gerente de carteiras da Pimco ao jornal inglês.

Com capacidade total de 11 milhões de barris por dia a ser restaurada até o fim de setembro, “haverá uma interrupção mínima no fornecimento global”, escreveu em nota a economista-chefe de commodities da Capital Economics, Caroline Bain. “As notícias mais recentes significam que nós não teremos de nos apressar para revisar nossa estimativa de preço, de US\$ 60 por barril ao fim de 2019. Dito isso, ainda há algumas questões importantes a serem respondidas sobre os ataques, o que pode significar que teremos de considerar um prêmio por riscos permanentemente elevado em nossas projeções”, escreveu a economista, segundo a Reuters.

Enquanto isso, as ações europeias seguiram as asiáticas e caíram, com o índice composto Stoxx 600 recuando 0,2%, o FTSE 100 permanecendo estável e o Dax de Frankfurt caindo 0,2%. Os Treasuries avançaram, com o rendimento dos títulos de 10 anos do Tesouro americano caindo 0,3 ponto-base para 1,8415% e o rendimento do papel de 2 anos de prazo recuando 0,7 ponto-base para 1,7597%. Os rendimentos movem-se em sentido contrário ao dos preços.

O mercado também ficou atento à reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed), que começou ontem, antecipando corte nos juros de 25 pontos-base. **(Com Caio Rinaldi e Rafael Vazquez, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/09/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo****Título: Mina de ferro do Mubadala deve iniciar operação em 2021**

Mineradora Morro do Ipê assinou protocolo de intenção com o governo de Minas Gerais e vai investir R\$ 200 milhões

A Mineração Morro do Ipê, controlada pelo fundo Mubadala e a trading Trafigura, assinou protocolo de intenções com o governo de Minas Gerais que prevê investir R\$ 200 milhões na expansão da produção de minério das minas Tico-Tico e Ipê, localizadas em Igarapé, Brumadinho e São Joaquim de Bicas.

Segundo a companhia, o processo de licenciamento ambiental na Secretaria de Meio Ambiente do Estado está em andamento. Com “carimbo” de prioritário, a expectativa é que até o fim do ano saia a licença para tirar o projeto da gaveta. “No fim de maio, foi assinado com o governo de Minas Gerais o protocolo de intenções do projeto Tico-Tico, tornando-o prioritário para fins de licenciamento”, informou a empresa por meio de comunicado.

Com a licença liberada, que também depende da anuência do Ibama, pois há supressão de vegetação de Mata Atlântica, a expectativa da Morro do Ipê é que a operação da mina de Tico-Tico se inicie em 2021.

Segundo a mineradora, o projeto Tico-Tico prevê a produção de 6 milhões de toneladas por ano e terá beneficiamento a seco. A empresa acrescentou que todo minério extraído dessa mina será exportado via Porto do Sudeste, em Itaguaí (RJ). A produção irá de caminhão da mina, que fica na região de Brumadinho, até os terminais ferroviários de Sarzedo e Serra Azul, todos em Minas Gerais, que estão ligados ao porto.

Hoje, essa logística já é usada. Sem a produção da mina de Tico-Tico, a mineradora exporta os estoques que foram formados pelos antigos donos do complexo, a MMX Sudeste. De acordo com a Morro do Ipê, a operação se iniciou em 2017 e neste ano deverá escoar 1,9 milhão de toneladas de minério de ferro. Os estoques, conforme informação do site da companhia, devem durar até o próximo ano.

O beneficiamento do minério de ferro, atualmente, já é feito sem o uso de barragens. Segundo a companhia, há quatro delas do complexo da Morro do Ipê que estão inoperantes. “A mineradora está em fase final de implementação da tecnologia de filtro prensa, que dispensa a utilização de barragens para depósito de rejeitos”, informou.

A utilização desse método elimina, definitivamente, a necessidade de barragens para disposição de rejeitos. De acordo com a empresa, o rejeito será filtrado, a água retornará ao processo industrial através da recirculação, e o rejeito basicamente seco (15% de umidade) será empilhado junto com o estéril da mina.

A Mineração Morro do Ipê, que era da MMX Sudeste, foi comprada pelo Mubadala e Trafigura em 2016 por cerca de R\$ 207 milhões, por valores da época. Os novos donos fizeram um trabalho junto ao governo do Estado para liberar a operação da empresa, que estava embargada desde 2014. Dessa forma, em 2017 a companhia começou a operar. “A empresa investe em um projeto mais simples e adequado ao atual momento econômico global do minério de ferro. Hoje a estimativa de exploração é para um tipo específico de minério, o chamado itabirito friável”, informou a mineradora.

Com a operação da mina de Tico-Tico, a expectativa da Morro do Ipê é que sejam gerados 1,4 mil postos de trabalho, sendo diretos e indiretos e 85% da força de trabalho será das cidades onde a empresa atua.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivan Ryngelblum — De São Paulo

Título: Eneva obtém licença no AM e avança no projeto de Azulão

Companhia está autorizada a construir a unidade de tratamento de gás e do terminal de liquefação

A Eneva anunciou ontem que o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) emitiu a licença de instalação para construção da unidade de tratamento de gás e do terminal de liquefação, a serem instalados no Campo de Azulão, no Amazonas.

O IPAAM já tinha emitido, no dia 19 de julho, licença para a perfuração dos poços de Azulão. E em 5 de setembro a companhia obteve a autorização para construção da usina termelétrica (UTE) Jaguatirica II, de 132,3 megawatts (MW) de capacidade instalada, a ser construída em Boa Vista, Roraima.

“A partir de hoje [ontem], portanto, todo o projeto integrado Azulão-Jaguatirica (Azulão-Jaguatirica) encontra-se licenciado e em construção”, informa trecho de comunicado divulgado no início da noite de ontem.

Segundo a Eneva, maior geradora termelétrica do país, as operações em Azulão vão produzir gás para abastecer a usina termelétrica (UTE) Jaguatirica II, que

saiu vitoriosa no leilão para suprimento a Boa Vista e localidades conectadas, realizado em maio pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O investimento total estimado para a implantação de Azulão-Jaguaririca é de R\$ 1,8 bilhão e a entrega de energia está prevista para ocorrer a partir de 28 de junho de 2021. No início deste mês, a empresa informou que pretende emitir R\$ 1 bilhão em debêntures de infraestrutura e parte desses recursos, cerca de R\$ 500 milhões, será destinada ao projeto de Jaguaririca II.

A Eneva avalia ainda a possibilidade de obter até R\$ 1,2 bilhão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). O restante será aportado pela empresa.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	18/09/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Minério a US\$ 97,17

Os preços do minério de ferro no mercado transoceânico registraram mais um dia de queda ontem, acompanhando o desempenho negativo dos produtos siderúrgicos na China. De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao caiu 1,3%, para US\$ 97,17 por tonelada. Diante disso, os preços da commodity reduziram a alta acumulada em setembro para 14,8%. Em 2019, os ganhos estão em 33,6%. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais líquidos com entrega em janeiro recuaram 5 yuans, para 665,50 yuans por tonelada.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	18/09/2019
Seção:	Agronegócios
Autor:	Camila Souza Ramos — De São Paulo
Título:	BNDES vê alta nos desembolsos a usinas

As perspectivas de aumento dos investimentos de usinas sucroalcooleiras no país já levam o BNDES a projetar uma retomada de desembolsos para financiar o segmento. Segundo Mauro Mattoso, chefe do departamento do complexo alimentar e de biocombustíveis do banco estatal de fomento, a ideia é apoiar

projetos de longo prazo e estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e a área de biogás.

“Em um primeiro momento, com taxas de juros baixas, a tendência é que as usinas se voltem ao mercado [de capitais]. Mas em caso de retomada de crescimento, acreditamos que o BNDES pode entrar nas empresas com necessidade de prazo longo de implantação de projetos, principalmente de novas tecnologias. Estamos preparados para isso”, afirmou ontem Mattoso durante a Novacana Ethanol Conference, evento realizado em São Paulo.

Um dos focos serão as empresas de porte médio, com operações atreladas a algumas métricas, como as vinculados à emissão de Créditos de Descarbonização (CBios). “Mas isso ainda está em discussão”, ressaltou ele em conversa com jornalistas.

As grandes empresas sucroalcooleiras também terão oportunidades de financiamento no BNDES, mas estas estarão mais concentradas em crédito para investimentos em biogás e em tecnologia 4.0. “O financiamento privado não garante prazos grandes, que são necessários para esses investimentos”, argumentou.

Para alavancar as operações de biogás, disse Mattoso, o banco quer incluí-las nas possibilidades de financiamento do Fundo Clima, o que tende a reduzir o custo para 1% ao ano, com prazo de cerca de 15 anos. O BNDES deverá aprovar em duas semanas novas condições de financiamentos para o Fundo Clima para projetos de biogás e biometano. “É onde esperamos ver retomada do setor”, afirmou.

Entre os bancos privados, a percepção é que o BNDES de fato pode voltar a crescer no segmento, mas sem voltar aos patamares vistos até metade desta década. “Eles devem ficar focados em operações envolvendo novas tecnologias, que realmente demandam prazos longos que os privados não conseguem oferecer”, disse um executivo de um banco que pediu para não ser identificado.

Em 2018, os desembolsos do BNDES para operações de financiamento de usinas tiveram um crescimento cerca de R\$ 200 milhões na comparação com 2017, de R\$ 1,7 bilhão para quase R\$ 1,9 bilhão. Os desembolsos portanto, ficaram distantes dos quase R\$ 2,8 bilhões de 2015 (*ver infográfico*).

E o perfil das liberações de recursos mudou de lá para cá. Passou a ser mais restrito a grandes grupos ou a usinas com melhor desempenho financeiro. Segundo Mattoso, essa concentração se explica pelos maiores aportes dessas companhias em cogeração de energia e em incrementos marginais de capacidade de moagem de cana.

De acordo com dados do BNDES, os desembolsos para cogeração alcançaram R\$ 94 milhões em 2018, um crescimento de mais de quatro vezes ante 2017, mais ainda menos que em 2016, por exemplo. Já os desembolsos voltados a aumentos de capacidade subiram 60% no ano passado, para R\$ 866 milhões, e superaram 2016.

Por outro lado, os desembolsos do BNDES para financiar investimentos em renovação de canavial - necessários para que usinas em dificuldade financeira tentem recuperar sua produtividade e rentabilidade - têm permanecido em baixa.

Mattoso disse que as mudanças feitas há cerca de dois anos nas taxas cobradas no Prorenova (agora atrelada ao Plano Safra) também acabaram restringindo os desembolsos nessa frente, e admitiu que isso contribuiu para tornar mais difícil a recuperação dos rendimentos agrícolas. “Existe uma correlação entre aumento de desembolsos do BNDES e queda da idade média dos canaviais”, afirmou.

Quem mais têm investido em renovação são as empresas que conseguem acessar o mercado de capitais - por meio de CRAs, por exemplo. No mercado, a expectativa é positiva para o crescimento desses instrumentos - que deverá ser um “caminho sem volta”, conforme afirmou Juliano Merlotto, sócio da FG/A, durante o mesmo evento em São Paulo.

“O mercado agora tem buscado emissões de empresas um pouco menores, não as grandes, por causa do spread, e tem tido um pouco menos de apetite por grandes empresas. Mas ainda deverá continuar a ser uma fonte recorrente para essas companhias”, avaliou. O receio, disse, é com possíveis casos de default em operações de CRA. “É papel do coordenador blindar operações com risco maior” para isso não ocorre, defendeu.

Já o chefe da área do BNDES avaliou que não há garantia de que o papel do mercado de capitais no segmento sucroalcooleiro crescerá “para sempre”, dada a possibilidade, já aventada no Ministério da Economia, de acabar com a isenção fiscal desses papéis.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Etanol de milho cresce em ritmo acelerado

Em 2020, produção do biocombustível já poderá alcançar 2 bilhões de litros no país

As usinas que fazem etanol a partir de milho já existentes no país, aquelas que estão em implantação e os projetos de investimento já aprovados deverão ser capazes de garantir uma produção de 8 bilhões de litros do biocombustível na safra 2028/29, mas o volume poderá ser ainda maior caso se confirmem novos aportes que estão em discussão. Foi o que projetou ontem Henrique Ubrig, presidente da União Nacional do Etanol de Milho (Unem), durante a Novacana Ethanol Conference.

Segundo ele, em 2020 a produção do biocombustível já poderá alcançar 2 bilhões de litros, ante os 840 milhões de 2018. Para atingir a oferta prevista para 2028, calculou, a demanda das usinas pro milho deverá chegar a 20 milhões de toneladas. No ano passado, foram 2 milhões de toneladas do grão para a produção do biocombustível, e em 2020 Ubrig estima que a demanda dessas usinas pelo cereal já subirá a 6,2 milhões de toneladas.

Conforme o dirigente, o maior desafio para o crescimento do etanol de milho recai sobre a matéria-prima para garantir a geração de eletricidade necessária para manter as indústrias rodando. Hoje, a principal biomassa que abastece as caldeiras das usinas existentes é o eucalipto, mas a disponibilidade de florestas onde as indústrias estão é baixa.

Segundo Ubrig, as empresas já em atividade estão investindo em plantio de eucalipto em locais que chegam a distar 200 quilômetros das usinas. Para garantirem a oferta necessária, as empresas do ramo precisarão plantar ao menos 100 mil novos hectares de eucalipto. “Dependendo dessa evolução [dos investimentos], a área poderá chegar a 300 mil hectares”, disse.

Mas esses investimentos levarão tempo para amadurecer. “As florestas estarão prontas em cinco ou seis anos. Será um período de dificuldade, mas logo mais teremos disponibilidade”. Nesse meio tempo, algumas usinas poderão ter que recorrer a outras biomassas, como bambu e torta de algodão, que têm alta disponibilidade em Mato Grosso e baixo valor agregado.

A FS Bioenergia, da qual Ubrig é presidente do conselho, vai começar a testar o uso de bambu, que cresce mais rápido que o eucalipto. “Vamos ver. Pode ter algum problema com caldeira”. Outras usinas deverão ter que recorrer a florestas mais distantes. “Certamente haverá o ônus de buscar florestas longe, mas é por um período curto”, defendeu ele.

Por outro lado, milho está longe de ser um problema. O presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), Sérgio Bortolozzo, afirmou, no mesmo evento, que a produção do grão poderá passar de 101 milhões de toneladas, na safra 2018/19, para até 150 milhões em dez anos. Isso sem avançar em novas áreas, apenas com o aumento do cultivo da safrinha.

“Dos 40 milhões de hectares de grãos hoje, usamos 12 milhões para a safrinha. Com melhor tecnologia, podemos plantar até 30 milhões de hectares só de segunda safra”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2019

Seção: Legislação & Tributos

Autor: Beatriz Olivon — De Brasília

Título: CPFL não consegue anular no STJ cobrança fiscal de R\$ 511 milhões

Autuação cobra Imposto de Renda e CSLL sobre aportes que empresa fez no fundo de pensão de seus funcionários

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve uma cobrança de tributos de R\$ 511 milhões, em valores atualizados, feita pela Receita Federal à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). A decisão foi unânime. Na autuação são cobrados Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre aportes que a CPFL fez no fundo de pensão de seus funcionários, gerido pela Fundação Cesp.

A CPFL se comprometeu a fazer, a partir de 1997, aportes para eliminar déficit de R\$ 426 milhões. Seriam feitos desembolsos por 20 anos. Segundo o processo, a empresa desconsiderou valores relativos à “déficit técnico atuarial de plano de suplementação de aposentadorias e pensões de seus empregados”.

No ano seguinte, a CPFL deduziu integralmente da base de cálculo do IRPJ e da CSLL o valor total dos aportes e foi autuada pela Receita Federal. No processo, alega que fez os desembolsos dentro do contexto de privatizações realizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e que havia uma solução de consulta favorável à operação.

No processo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) alega que, em 1997, ocorreu pagamento de apenas R\$ 8,5 milhões e também não ocorreu novação da dívida - que afastaria a tributação no caso, segundo a solução de consulta apresentada pela companhia e contestada pelos procuradores.

O relator do caso (REsp 1.582.681 e REsp 1.644.556), ministro Francisco Falcão, entendeu que o STJ não poderia reavaliar provas. A questão jurídica, acrescentou, atrai a necessidade de exame do conjunto probatório, incluindo contratos e documentos. Porém, conheceu em parte do recurso e negou-lhe provimento.

Sobre o mérito, o ministro considerou a autuação fiscal válida. Mauro Campbell Marques e o ministro Herman Benjamin seguiram o voto do relator.

Ontem, o julgamento foi retomado com o voto-vista do ministro Og Fernandes, que também seguiu o relator. Para ele, a repactuação da forma de pagamento de dívida não constitui novação.

Og Fernandes também não aceitou a forma como foi feita a consulta pela CPFL, diretamente com o secretário da Receita Federal. “O trâmite dessa consulta e a resposta não obedeceram a publicação. Não houve publicidade do resultado dessa consulta”, afirmou.

Na sessão de ontem, o voto do relator também foi seguido pela ministra Assusete Magalhães. Os ministros também decidiram no julgamento afastar multa que havia sido imposta por litigância de má-fé. A penalidade costuma ser de cerca de 1% do valor da causa.

A CPFL informou por nota que confia em seus argumentos jurídicos e que continuará a defendê-los perante o Judiciário.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/09/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Brasileiro já pagou R\$ 32 bi em taxas extras na conta de luz

Bandeiras tarifárias entraram em vigor em 2015 para evitar rombos no setor por causa dos períodos de seca

As bandeiras tarifárias, taxas extras que passaram a ser incluídas mensalmente na conta de luz, já custaram R\$ 32,24 bilhões aos consumidores de todo o País. O valor, sem incluir correções monetárias, soma tudo o que foi pago de janeiro de 2015, quando as bandeiras tarifárias entraram em vigor, até junho de 2019, além da previsão de desembolso até dezembro. Os dados fazem parte de um levantamento técnico feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao qual o Estado teve acesso. O relatório avalia os resultados financeiros do mecanismo de cobrança criado para evitar rombos no setor elétrico, por causa dos períodos críticos de seca e da consequente baixa nos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, o que afeta diretamente no custo da energia.

O sistema de bandeiras tarifárias é dividido em cores. A bandeira verde não tem cobrança extra. Na amarela, a taxa cobrada na conta mensal é de R\$ 1,50 a cada 100 kWh. No primeiro nível da bandeira vermelha, o adicional é de R\$ 4 a cada

100 kWh. No segundo nível da bandeira vermelha, o consumidor paga R\$ 6 a cada 100 kWh. Na avaliação da Aneel, o principal benefício das bandeiras tarifárias é dar transparência de forma objetiva e de curto prazo para o consumidor sobre o custo de sua energia. E isso se refletiu em redução de custos, segundo a agência.

Antes da adoção do modelo baseado em cobrança mensal, o consumidor só conhecia os custos do aumento de sua tarifa na data anual do reajuste da distribuidora de energia. Dessa forma, a empresa comprava energia durante todo o ano, a preços variáveis, para só repassar esses custos um ano depois ao consumidor. Invariavelmente, isso significava aumentos pesados na conta de luz, os quais incluíam ainda os reajustes automáticos que as distribuidoras cobravam todo o ano. Os técnicos da Aneel calcularam os efeitos financeiros que as bandeiras tarifárias tiveram, ao evitar essa cobrança de juros que havia no modelo anterior.

Os cálculos mostraram que R\$ 3,71 bilhões referentes a juros foram economizados por consumidores de todo o País. Reajuste anual. As bandeiras também tiveram efeito direto nos reajustes anuais cobrados pelas distribuidoras, reduzindo um repasse tarifário adicional. O levantamento mostra que, em 2016, 2017 e 2018, as bandeiras evitaram repasse médio de 11,06%, 2,12% e 4,26%, respectivamente, para o consumidor nacional. Em 2019, com os dados fechados até agosto, as bandeiras já evitaram um repasse tarifário adicional médio de 4,49%.

“As bandeiras tarifárias sinalizam, mês a mês, o custo da energia elétrica que será cobrada dos consumidores, com a ressalva de que esse sistema não impõe um custo novo para o consumidor pagar, sendo apenas uma forma diferente de cobrar um custo que já estava incluído na conta de energia, mas que geralmente passava despercebido pelo consumidor”, explica a Aneel, em sua nota técnica. O ano de 2015, quando as bandeiras foram criadas, foi o mais pesado para o consumidor, que bancou R\$ 14,7 bilhões de taxas extras. Em 2016, o valor caiu para R\$ 3,5 bilhões. Em 2017, subiu para R\$ 6,2 bilhões, chegando a R\$ 7,3 bilhões no ano passado. Neste ano, o valor total previsto por enquanto é de R\$ 524 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/09/2019

Seção: Economia

Autor: Mateus Fagundes Fernanda Nunes

Título: Sauditas retomam produção e petróleo cai 6,5%

No Brasil, ANP diz que ‘não há preocupação com abastecimento, muito menos com aumento de preços’

Os contratos futuros de petróleo fecharam a sessão de ontem em queda forte, devolvendo parte dos ganhos da véspera, em meio a especulações, posteriormente confirmadas, de restauração da oferta da Arábia Saudita. Em Londres, na Intercontinental Exchange (ICE), o barril do petróleo Brent para novembro fechou em queda de 6,48%, a US\$ 64,55. Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o WTI para outubro cedeu 5,66%, a US\$ 59,34 por barril. O petróleo já havia aberto a sessão asiática em queda. Além disso, os rumores de que a Saudi Aramco restauraria a produção afetada pelo ataque às suas instalações foram crescendo ao longo da sessão. Perto do encerramento, o ministro de Energia do país, Abdulaziz bin Salman, confirmou que a oferta da commodity pelo país está sendo retomada. Ele reforçou ainda que o país vai manter a oferta total de petróleo aos clientes neste mês. “Voltaremos a 11 milhões de barris por dia de produção de petróleo até o fim do mês.”

ANP. No Brasil, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, afirmou ao Estadão/Broadcast que “não há motivos para preocupação com abastecimento, muito menos para aumentos de preços”, ao ser questionado se a notícia de alta do petróleo pode servir de pretexto para alguns donos de postos cobrarem mais pelos combustíveis. Representante dos postos de revenda de combustíveis do Estado de São Paulo, José Alberto Gouveia, presidente do Sincopetro- SP, disse que os preços da gasolina e do óleo diesel vão subir apenas se a Petrobrás reajustar sua tabela nas refinarias e se as distribuidoras repassarem o aumento.

O porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, disse que o governo instalou um gabinete no **Ministério das Minas e Energia** para acompanhar impactos sobre preços de combustível no Brasil após os ataques às refinarias da Arábia Saudita. Segundo o porta-voz, a ideia é que o gabinete mantenha o presidente Jair Bolsonaro informado sobre os desdobramentos e estude “planos de ação” para “conter eventuais consequências que possam ter impacto nosso País”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Júlia Moura

Título: Saudistas retomam produção e petróleo cai

Governo da Arábia Saudita afirmou que, em 2 semanas, a quantidade produzida será maior do que antes dos ataques

São Paulo O petróleo perdeu cerca de metade da valorização obtida com os ataques na Arábia Saudita. Depois de subir 14,6% na segunda (16), o contrato futuro do barril de Brent tem queda de 7% até o início da noite desta terça (17), a US\$ 64,15.

O mercado futuro se refere a negociação de contratos de ativos que serão liquidados posteriormente. Ele funciona como uma espécie de termômetro sobre a expectativa atual do mercado para o valor do ativo na data de vencimento. No caso do Brent, o contrato ativo vence em novembro.

Outra característica do contrato é que seu horário de negociação é estendido, para atender diferentes mercados. No horário de Brasília, a cotação é negociada das 21h às 19h.

Na véspera, a alta do contrato ultrapassou os 13% registrados no início da noite e foi a 14,61%. Analistas do mercado financeiro apontam que esta é a maior alta percentual diária da história da cotação.

Nesta terça, no entanto, a matéria-prima se desvaloriza com estimativas do mercado e declarações do governo saudita de que o país retomaria a produção de forma rápida.

Na tarde desta terça, o Ministro de Energia saudita confirmou as expectativas e disse que as exportações do país não seriam afetadas pelos ataques de sábado (14). Ele afirmou ainda que a capacidade de produção será de 11 milhões de barris de petróleo (bdp) em duas semanas, 1,2 milhão de barris a mais que a quantidade produzida antes dos ataques.

O presidente americano Donald Trump, por sua vez, declarou que não julga necessário liberar petróleo da reserva estratégica dos EUA, alegando que os preços da commodity não subiram muito.

Apesar da queda no preço, o patamar de US\$ 64,15 por barril é US\$ 3,93 maior que o registrado antes dos ataques a petroleira Saudi Aramco. Com a cotação atual do dólar, a alta corresponde a R\$ 16,03.

Nesta terça, a cotação da moeda americana fechou em queda de 0,26%, a R\$ 4,079. A depreciação do dólar veio com a expectativa de um acordo comercial entre China e Estados Unidos e de cortes de juros por parte dos bancos centrais americano e brasileiro.

Trump declarou nesta terça que seu governo pode fechar um acordo comercial com a China antes da eleição presidencial dos EUA, em novembro de 2020, ou no dia seguinte à eleição.

O presidente afirmou ainda que a China acha que ele vai ganhar a eleição, mas que as autoridades chinesas preferiam lidar com outra pessoa.

Trump afirmou que alertou à China que, se o acordo vier após a disputa eleitoral, será em termos “muito piores” para Pequim do que se fosse alcançado agora.

As falas animaram investidores e índices da Bolsa de Nova York fecharam no azul.

O mercado também conta com um corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros dos EUA nesta quarta (18), como forma de estímulo à economia.

O Ibovespa seguiu o viés positivo e fechou em alta, com a recuperação de companhias que registraram queda na véspera, com a versão arisco provocada pelos ataques à Arábia Saudita. O índice subiu 0,9%, a 104.616 pontos, maior patamar desde 18 de julho.

As ações da Petrobrás reverteram parte dos ganhos de segunda. Os papéis preferenciais (mais negociados) recuaram 1,6%, a R\$ 27,60. Os ordinários (com direito a voto) caíram 1,87%, a R\$ 30,42.

Além da forte queda na cotação do petróleo na sessão, a valorização da estatal foi afetada pela decisão de não repassar, de imediato, a recente alta da commodity para os consumidores.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a empresa tem autonomia na questão. “Petróleo quem resolve é a Petrobrás. Preço de petróleo, é a Petrobrás.”

Na véspera, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) disse em entrevista à Record que conversou com o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, e foi informado de que não será elevado o valor ao menos neste primeiro momento. “Ele me disse que, como é algo atípico e a princípio tem um fim para acabar, ele não deve mexer no preço do combustível.”

Após a declaração, a estatal publicou comunicado ao mercado em que explica a decisão de não fazer um ajuste de forma imediata, já que “o mercado apresenta volatilidade e a reação súbita dos mercados ao evento ocorrido pode ser atenuada na medida em que maiores esclarecimentos sobre o impacto na produção mundial sejam conhecidos”.

A empresa ressalta ainda que não há periodicidade mínima em sua política de preços, que prevê acompanhar as cotações internacionais, com base em um conceito conhecido como paridade de importação — que simula quanto custaria para trazer combustíveis ao mercado interno.

A estatal vem fazendo ajustes em períodos mais estendidos do que durante o governo Temer, quando as mudanças chegaram a ser diárias. Essa política gerou insatisfações que culminaram com a greve dos caminhoneiros, em maio de 2018.

“A decisão acende um sinal de alerta quanto à autonomia da estatal na política de preços, mas, a princípio, no curtíssimo prazo, o efeito da elevação na cotação da commodity é majoritariamente positivo, beneficiando a exportação de petróleo bruto”, afirma relatório da Coinvalores.

O mercado vê a atual alta do petróleo como teste de fogo para a estatal. Caso a valorização da matéria-prima se prolongue, e a Petrobrás não faça um ajuste nos preços, as vendas de ativos previstas no plano de desestatização pode ser impactada, com desconfiança de investidores e potenciais compradores.

Com Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Mauro Zafalon

Título: Preço do etanol reage e sobe a reboque dos ataques

São Paulo O preço do etanol reagiu nesta segunda-feira (16) aos atentados ocorridos em refinarias da Arábia Saudita. A pesquisa diária dos valores do tipo hidratado, feita pelo Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), indicou R\$ 1,784 por litro, 1,83% mais do que na última sexta-feira (13).

De acordo com o Cepea, a alta ocorre devido a uma expectativa de elevação da demanda desse combustível, em vista de possível aumento nos preços internos da gasolina.

Já Antonio Padua Rodrigues, diretor da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), afirma que a alta é um movimento normal de mercado, que está com a demanda bastante aquecida.

Diferentemente do que ocorre com os valores da gasolina e do diesel, o preço do etanol não sofre nenhum tipo de regulação ou política institucional e oscila livremente. O setor também é pulverizado em centenas de empresas que concorrem entre si e não há um grupo econômico majoritário capaz de influenciar o preço final, como ocorre no caso da Petrobrás no segmento de petróleo.

O setor já caminha para a colheita da parte final da cana —resta um terço— e, diante de uma oferta aquecida, os ajustes vão ser feitos via mercado, segundo o diretor da Unica.

A safra 2019/20 de cana-de-açúcar tem um foco mais alcooleiro do que açucareiro. A demanda interna tem permitido às usinas valores melhores para o etanol do que para o açúcar, devido ao preço fraco deste no mercado externo.

Os dados mais recentes da Unica indicam que, de cada 100 toneladas de cana colhidas na região centro-sul neste ano, pelo menos 64,5 delas vão para a fabricação do combustível.

A boa oferta de etanol hidratado, apesar da forte demanda, tem mantido os preços do combustível favoráveis aos consumidores.

No estado de São Paulo, um dos principais produtores de cana e do combustível, os preços do etanol correspondem a apenas 64,4% dos da gasolina. Pesquisa indica que, quando essa relação fica abaixo de 70%, a utilização do etanol hidratado é mais vantajosa do que a da gasolina.

Em algumas cidades paulistas essa relação é ainda mais favorável. Os consumidores de Adamantina e de Dracena pagam apenas 57% e 59,7%, respectivamente, pelo álcool, em relação aos valores da gasolina.

Cálculos da única mostram que 50% da frota brasileira de veículos está localizada em municípios com paridade de preços entre etanol hidratado e gasolina abaixo de 67%.

As vendas acumuladas de etanol nesta safra somam 14,2 bilhões de litros. Deste volume, 9,9 bilhões são de álcool hidratado. Essas negociações superam em 18% as de igual período do ano passado. A safra de cana 2019/20 teve início em abril.

Uma manutenção dessa alta de preços do etanol nas usinas, e consequente repasse para as bombas, pode mexer com a inflação. Do início de abril ao final de agosto, os preços do etanol tiveram queda de 7,2% para os consumidores paulistanos, conforme pesquisa de preços da Fipe (Fundação

Instituto de Pesquisas Econômicas). No mesmo período, a gasolina teve alta de 1,3%.

A pesquisa diária de preços do etanol hidratado em Paulínia (SP), feita pelo Cepea, serve de base para a liquidação dos contratos futuros desse combustível na B3. Os preços não contêm impostos (ICMS e PIS/Cofins).

Ao registrar R\$ 1,784 por litro nesta segunda-feira, o etanol interrompe um período de queda e retorna aos patamares de há um mês.

Estão longe, contudo, do maior valor registrado pelo combustível neste ano: R\$ 2,1 por litro em abril.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/09/2019

Seção: Especial

Autor: Rubens Valente

Título: Garimpeiros querem punição a fiscais por queima de máquinas

Grupo que organizou interdição da rodovia BR-163, perto de Itaituba, no Pará, pressiona os ministros Ricardo Salles e Onyx Lorenzoni

Brasília - Garimpeiros do Pará afirmaram, em áudios distribuídos em grupos de aplicativos, que cobraram dos ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e Ricardo Salles (Meio Ambiente) abertura de investigação contra servidores do Ibama e do ICMBio que destruíram equipamentos flagrados pela fiscalização em crimes ambientais no final de agosto e início de setembro.

A reunião com Salles, na segunda-feira (16), na Casa Civil, não apareceu na agenda diária divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente. Na agenda de Onyx, não constaram nomes de entidades de garimpeiros — apenas os dos representantes do governo, como se fosse uma reunião interna entre órgãos públicos, e o do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB).

O grupo que esteve em Brasília é o mesmo que, durante cinco dias, organizou a interdição da rodovia BR-163, perto de Itaituba (PA), após uma operação de fiscalização do Ibama, ICMBio e Força Nacional ter flagrado a invasão da floresta nacional do Crepori, área protegida pela legislação. Baseados em legislação aplicada desde 2008, os fiscais queimaram retroescavadeiras e vários motores usados em crimes ambientais.

“Nós precisamos com urgência de, no prazo de uma semana, apresentarmos ações que foram feitas de forma truculenta, arbitrária, em que destruíram maquinários ao arbítrio, fora da lei. Gente, quem tiver alguma ação me passe

por favor, precisamos apresentar isso. Ministro exigiu [isso] na mão para abrir sindicância contra os agentes. [...] Eles vão tomar, junto com a Polícia Federal, ação com relação a isso, contrário [a] aos atos arbitrários”, disse o advogado Fernando Brandão em áudio aos garimpeiros.

Brandão defende uma cooperativa de Moraes de Almeida, um bairro de Itaituba. Segundo o advogado, a cooperativa tem cerca de 1.800 filiados.

“Mostramos a nossa causa, as nossas reivindicações. [...] O que eles nos pediram foi um prazo de uma semana para poder rever a lei em questão da queimada de máquinas e mostrar uma solução para nós, para a nossa legalização de áreas de Flonas [florestais nacionais], de APAs [áreas de

proteção] e de reservas indígenas. Então no dia 2 [de outubro] está marcada uma nova audiência em Brasília, às 10h da manhã, e eles vão mostrar para nós as soluções para poder mudar essa vida nossa aí, beleza?”, diz outro garimpeiro.

Um terceiro garimpeiro que diz ter participado da audiência afirmou que tinha “uma ótima notícia”. “Marcaram uma nova audiência para o dia 2 e até lá eles vão rever a lei sobre as queimadas de máquinas, entendeu? Eles vão rever a lei sobre as APAs, sobre as reservas e sobre as Flonas”, disse o garimpeiro.

À Folha Brandão confirmou que será apresentado “um levantamento” de ações do Ibama para que medidas sejam tomadas contra servidores que tenham praticado “ilegalidades”. Segundo o advogado, na reunião ele “interpelou” Salles porque um diretor do Ibama teria afirmando que só existe uma ação judicial “sobre atos arbitrários do Ibama”.

Brandão disse que “não generaliza” acusações contra os fiscais. “São alguns que estão fazendo de forma arbitrária”, diz. Para ele, somente em “caso muito raros” a legislação permite destruição de máquinas.

Ele afirmou que os garimpeiros aceitaram “dar uma trégua” e suspender o bloqueio da rodovia BR-163 até a reunião e “a garantia de que as pautas pudessem ser garantidas”. “Agora, eu te garanto uma coisa, se daqui para o dia 2 tiver uma única queima de máquinas você pode segurar porque... Não é a minha promessa, eu inclusive sugiro que não façam, mas [os garimpeiros] vão começar a trancar as BRs não só do Pará, mas do Brasil inteiro”, disse.

O advogado afirma que Salles “não teve um posicionamento enfático em relação à queima de maquinários”. “O que nós gostaríamos realmente era que ele tomasse a postura de falar para o presidente do Ibama, ‘olha, aqui nós não aceitamos que queime’, até por ele ser um operador do direito. Nós queríamos que ele determinasse aos dois órgãos que não queimassem mais o maquinário antes do devido processo legal”, disse.

Na semana passada, o governo Jair Bolsonaro demitiu o superintendente regional do Ibama no Pará, o coronel da Polícia Militar Evandro Cunha dos Santos, depois de ele ter dito em audiência pública, no dia 9, que recebeu ordem para interromper a queima de veículos que são flagrados pela fiscalização do órgão federal cometendo crimes ambientais na Amazônia.

Em entrevista à Folha no dia 10 de setembro, o ministro Ricardo Salles disse: “essa ordem [de interromper a queima de veículos flagrados em fiscalização] não partiu de ninguém. Não existiu essa ordem. A atitude dele [superintendente regional do Ibama no Pará] foi inaceitável. Primeiro, porque fez uma afirmação que não é verdadeira, dizendo que havia essa ordem. E fez essa afirmação em um evento que ele não tinha nem que estar presente”.

Em outros áudios que circularam entre garimpeiros eles falam em derrubar um helicóptero do Ibama que fazia sobrevoos na região da floresta nacional do Crepori, em apoio à fiscalização. “Não tem ninguém aí na região que tem um [fuzil] AR-15 para derrubar esse bicho, não? loga esse trem pro chão, menino”, provoca um garimpeiro.

Na nota publicada no site da Casa Civil, o órgão informou que o governo recebeu “representantes de garimpeiros paraenses que haviam bloqueado trecho da BR-163 na semana passada”.

Segundo o órgão, Onyx “assegurou que o governo se compromete a achar uma solução ‘estruturante e de longo prazo’ para as demandas trazidas pelos garimpeiros”. “O governo do presidente Jair Bolsonaro respeita o setor produtivo e tem a verdade como um valor fundamental.”

A Folha indagou a Casa Civil se houve ordem do governo para investigar fiscais, mas não teve resposta até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/09/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E JUSSARA SOARES BRASÍLIA E SÃO PAULO

Título: Guedes: ‘Petróleo quem resolve é a Petrobras’

Vice-presidente diz que preços são definidos ‘pelo pessoal da livre empresa! Governo monta dois comitês para monitorar possíveis efeitos dos ataques à petrolífera saudita, que começa a retomar produção, na economia brasileira

O Ministério da Economia garantiu que não haverá interferência na política da Petrobras. Ontem à tarde, o presidente Jair Bolsonaro chamou o ministro Paulo Guedes para uma reunião no Palácio da Alvorada, para discutir a crise

provocada pelos ataques a instalações petrolíferas da Arábia Saudita e seus efeitos sobre o preço dos combustíveis no Brasil. Depois do encontro, ao ser perguntado por jornalistas sobre o assunto, Guedes respondeu:

— Petróleo quem resolve é a Petrobras.

Na véspera, Bolsonaro havia declarado, antes da Petrobras, que a estatal não iria repassar imediatamente a alta do petróleo. Só depois da fala do presidente, na noite de segunda-feira, a companhia informou publicamente que a alta de 14% da commodity poderia ser atenuada e, por isso, acompanhará a variação do mercado nos próximos dias. Ontem mesmo, a cotação do barril do tipo Brent recuou 6,48%, a US\$ 64,55. Na véspera, havia encerrado a US\$ 69,02. Contribuiu o anúncio do ministro de Energia saudita, príncipe Abdulaziz bin Salman, de que metade da produção já foi recuperada e tudo deve estar normalizado no fim do mês.

Mais cedo, antes da reunião entre Bolsonaro e Guedes, o vice-presidente Hamilton Mourão tinha dito que, “por enquanto”, os preços são definidos pelo “pessoal da livre empresa.”

GABINETE ESTRATÉGICO

Além disso, o governo anunciou a criação de dois comitês para monitorar a situação, a serem coordenados pelo **Ministério de Minas e Energia**. Um deles, dentro da pasta, vai monitorar diariamente os efeitos dos ataques na Arábia Saudita sobre os preços do petróleo. Outro, composto ainda pelos ministérios da Economia e da Infraestrutura, com o Gabinete de Segurança Institucional, a Casa Civil e a Agência Nacional do Petróleo, vai se reunir a cada dois dias para avaliar eventuais medidas e subsidiar decisões dos ministros.

— O governo instalou, no Ministério de Minas e Energia, um gabinete de acompanhamento da situação para manter o presidente Jair Bolsonaro informado e para a discussão de planos de ação para conter eventuais consequências —disse o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros.

O governo considera remota a possibilidade de greve dos caminhoneiros por causa de uma eventual alta no diesel. Segundo uma fonte, o assunto não repercutiu entre a categoria, que estaria desmobilizada.

O líder dos caminhoneiros no Paraná, Wanderlei Alves, o Dedeco, disse que o governo ainda não procurou a categoria. Esta, segundo ele, acompanha a situação e considerou positiva a declaração de Bolsonaro de que não haverá repasse imediato aos preços dos combustíveis:

— Mas, se o preço subir por esse ataque à Arábia Saudita, não há o que fazer.

Colaborou João Sorima Neto

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/09/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA, RAMONA ORDONEZ E DAIANE COSTA

Título: Forte oscilação da cotação do barril preocupa indústria e serviços

A forte oscilação do preço do petróleo no mercado internacional nos últimos dias deixou empresas em estado de alerta. Setores como aéreo, químico e de vidro estão preocupados com as incertezas em torno dos preços da commodity, que afetam seus custos.

A maior parte dessas indústrias depende de derivados do petróleo. A Petrobras decidiu aguardar a evolução do barril antes de fazer alterações em seus preços. A crise pode ser mais um fator contra a recuperação da indústria no país. Nos seis primeiros meses do ano a produção industrial encolheu 1,6%, segundo o IBGE.

Para a Abiquim, que reúne empresas químicas, cerca de 40% dos produtos do setor são afetados diretamente pela cotação do petróleo.

— Há preocupação, pois não sabemos qual será a evolução dos preços — diz Fatima Ferreira, diretora da Abiquim.

No caso do gás natural, o contrato é reajustado de forma trimestral e leva em conta os preços médios dos seis meses anteriores, segundo a consultoria Gas Energy.

Segundo Lucien Belmonte, superintendente da Abividro, que representa fabricantes de vidro, o gás natural representa 25% do custo da indústria:

— No Brasil, as distribuidoras de gás transferem imediatamente o custo, exceto em São Paulo, que precisa fazer reajustes extraordinários com alta maior que a prevista.

Segundo o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, o combustível representa 32% dos custos dos aviões. Qualquer alteração impacta os custos das companhias e pode chegar às passagens:

— Até ontem, não tínhamos tido impacto nos preços do combustível, mas acompanhamos com preocupação.

O presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Lopes, disse que as siderúrgicas vêm otimizando suas atividades para tentar reduzir a dependência do transporte rodoviário em suas cargas, diante de uma possível alta dos combustíveis:

—É uma prova de fogo porque o país tem matriz essencialmente no modal rodoviário.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/09/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Governo planeja abrir país a navios estrangeiros

Associação de empresas de transporte marítimo estima que setor pode crescer até 30% ao ano com mudanças na regulação em estudo para o programa 'BR do Mar' como o afretamento de embarcações de fora

O transporte marítimo de cargas, que só no primeiro trimestre deste ano cresceu 16,8% em relação ao mesmo período de 2018, pode acelerar sua expansão para até 30% ao ano com as mudanças regulatórias que estão em estudo pelo Ministério da Infraestrutura, projeta a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac). O governo planeja editar uma medida provisória (MP) para aumentar a concorrência e consolidar o transporte em navios como alternativa ao rodoviário. Por isso, o projeto é chamado no governo de "BR do Mar".

A medida mais polêmica é a autorização do afretamento de embarcações estrangeiras para a cabotagem no país. O objetivo é atrair novas empresas, mas a medida tem repercussões trabalhistas e pode prejudicar empresas que já investiram em navios próprios.

Atualmente as operadoras só podem atuar no Brasil com navios próprios construídos no país, mais caros, ou comprados no exterior, que também custam mais que no mercado internacional, por causa dos impostos de importação.

Segundo o diretor de Navegação e Hidrovias do Ministério da Infraestrutura, Dino Antunes Dias Batista, a MP deve estar pronta para ser editada pelo presidente Jair Bolsonaro até outubro. O pacote deve incluir ainda medidas que vão desde a desburocratização do setor até a redução de impostos do combustível de navios, e a desoneração da importação de embarcações por dez anos.

—Nossa tentativa é ampliar a concorrência no mercado de cabotagem, trabalhando em novas alternativas de afretamento de embarcações, com aumento da oferta na cabotagem no curto prazo e com redução de custos —diz Batista.

De acordo com dados da Abac, cerca de 61% das cargas no país ainda são escoadas pelas rodovias. Outros 22% passam por ferrovias, e o transporte aquaviário movimenta 11%. A cabotagem na costa responde por apenas 5%. A Abac estima que 98% de todo o transporte marítimo de cargas no país, excetuando-se os navios da Petrobras, estão concentrados em apenas oito empresas brasileiras de grande porte.

SETOR IMUNE À CRISE

O transporte de cargas em navios passou incólume pela crise e continua em expansão apesar da fraca recuperação da economia. Cresce, em média, 12,8% ao ano desde 2010, mas ganhou novo impulso desde a greve dos caminhoneiros, em maio de 2018.

Para Cleber Cordeiro Lucas, presidente da Abac, medidas para reduzir o custo dos operadores, como a permissão de afretamento de embarcações de bandeira estrangeira, podem acelerar essa expansão:

—A cabotagem de contêineres pode crescer até 30% ao ano, mas não de hoje para amanhã. Isso depende de termos todas as medidas implementadas. Estima-se que para cada carga transportada na cabotagem há cinco outras que poderiam ser capturadas.

Para Maria Fernanda Hijjar, especialista do Instituto Ilos, as medidas que o governo estuda podem impulsionar o setor com a redução de custos:

—O setor tem potencial para crescer até cinco vezes. E as medidas previstas têm o objetivo muito importante de aumentar a participação desse modal (cabotagem) na matriz de transporte brasileira.

Atualmente as regras de afretamento são restritivas: só podem afretar no exterior empresas de maior porte, que já têm um determinado número de navios próprios no Brasil. Além disso a embarcação afretada tem que operar com bandeira brasileira, o que obriga a contratação da tripulação sob regras trabalhistas brasileiras.

Segundo Lucas, da Abac, uma tripulação brasileira pode custar cinco a seis vezes mais que uma estrangeira. O governo não informou quantos trabalhadores terão de ser brasileiros nessas embarcações. A Abac defende que as

embarcações estrangeiras tenham apenas o comandante e o chefe de máquinas brasileiros, garantindo liderança brasileira.

—A MP vai aumentar o afretamento, mas é preciso ter também embarcações brasileiras, para dar segurança de que o Brasil não ficará sem navios. Se o setor crescer só com embarcação estrangeira, na hora que a China reaquecer seu mercado, por exemplo, os navios vão todos embora. E a oferta acaba de uma hora para outra—adverte Lucas.

'CARGAS DE OPORTUNIDADE'

Maria Fernanda, do Ilos, concorda com a necessidade de criar incentivos de forma contínua ao setor em vez de atrair apenas empresas interessadas em “cargas de oportunidade”.

Ela também ressalta que é preciso minimizar a concorrência injusta entre afretadoras e empresas que foram obrigadas a comprar embarcações com custos elevados. Segundo a Abac, as empresas do setor investiram R\$ 3,5 bilhões em novas embarcações nos últimos dez anos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/09/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Grave erro

Opinião do Globo:

O ATAQUE a instalações petrolíferas sauditas, tirando instantaneamente do mercado 5% da produção mundial de petróleo, coloca governo e Petrobras diante de decisões delicadas.

A PRIME IRA, de não alterar logo os preços internos dos combustíveis, foi correta.

Não faria sentido transferir de forma imediata para o mercado interno o encarecimento do petróleo causado pela ação.

É PRECISO esperar. Mas o Planalto precisa ter consciência do grave erro que cometerá se cair na tentação de represar na estatal durante muito tempo todo esse choque.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 18/09/2019****Seção: Economia****Autor: Rafaela Gonçalves****Título: B3 bate 104.616 pontos. Barril do petróleo recua**

O Ibovespa, principal índice na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), fechou em seu maior patamar desde julho, com alta de 0,9% a 104.616 pontos. Os ganhos foram registrados após declarações do presidente americano, Donald Trump, de que o acordo da guerra comercial com a China pode sair em breve, e também pela expectativa de corte de juros nos Estados Unidos e no Brasil, para estimular a economia. No mercado de câmbio, o dia foi de muita volatilidade. O dólar chegou a atingir, na máxima do dia, R\$ 4,11, mas terminou em queda de 0,29%, cotado a R\$ 4,077.

Após a disparada no pregão anterior, os papéis da Petrobras registraram forte queda, refletindo o recuo no valor do barril do petróleo, após a declaração do ministro de Energia da Arábia Saudita, de que a Saudi Aramco conseguirá repor a produção perdida no ataque do fim de semana mais cedo do que se esperava. O barril de petróleo, que chegou a subir 20% durante a sessão de segunda-feira, recuou em Londres e Nova York. O Brent, referência no mercado mundial, teve queda de 6,48%, depois de subir 14,6% no dia anterior — o aumento mais expressivo desde a criação deste tipo de contrato, em 1988. O barril de WTI que havia subido 14,7%, maior aumento em uma sessão desde dezembro de 2008, teve queda de 5,66%.

Segundo o estrategista da RB Investimentos, Daniel Linger, o discurso da Arábia Saudita tira a pressão inflacionária esperada pelos grandes compradores. “A questão aqui era o possível déficit e pressão inflacionária. Nos Estados Unidos e em outros países determinantes, a alta do petróleo poderia influenciar na inflação e alterar dinâmica de comitês de política monetária com ações mais expansionistas, como na Europa”, explicou.

Expectativas

Mas, se a retração do valor do petróleo no mercado internacional reduziu temores de aumento da carestia e de necessidade de mudança na política monetária, os olhos dos investidores hoje se voltam para a Superquarta, dia em que Brasil e Estados Unidos decidem sobre taxa de juros. A expectativa dos analistas é de que tanto o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, como o Federal Reserve (Fed) reduzam os juros. A previsão é de que, no Brasil, a Selic caia de 6% para 5,5%; e nos EUA a taxa, que está em 2,25%, seja

zerada ou fique negativa, como na Zona do Euro. No mercado de juros futuros, o DI para janeiro de 2021 registrou queda de oito pontos base, a 5,2%, enquanto o DI para janeiro de 2023 recuou 17 pontos base, a 6,2%.

No cenário internacional, o otimismo do mercado está alto a espera do início de negociações entre norte-americanos e chineses para pôr fim a guerra comercial entre os dois países, que, segundo informou Trump a jornalistas, ocorrerá amanhã, em Washington. O presidente dos EUA sinalizou que o acordo pode ser fechado antes das eleições presidenciais, e afirmou que se o acordo vier após as eleições será em termos piores para Pequim do que se fosse alcançado agora. Segundo Trump, a China acredita em sua reeleição, mas as autoridades chinesas prefeririam lidar com outra pessoa.

“O discurso do Trump mostra um avanço nas negociações e toda vez que se tem notícia positiva sobre a guerra comercial, reflete bem no mercado. Sobretudo porque o mês de agosto foi muito turbulento. Isso mostra que abriu novamente um canal de conversas. Integrantes do Ministério do Comércio chinês estarão em Washington e, apesar de não ter nada concreto, sinaliza que está caminhando”, ressalta Linger.

Para o economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito, ainda é preciso ter cautela. “A questão do acordo é absolutamente erradica, não dá para confirmar ou imaginar como será consequentemente, e o mercado fica sempre refém”, afirma.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 18/09/2019

Seção: Economia

Autor: Rafaela Gonçalves

Título: Preço cai em alguns postos

Se o anúncio de ataque a campos de produção de petróleo na Arábia Saudita no fim de semana fez com que postos no DF elevasse o preço da gasolina, antes mesmo de a Petrobras se posicionar, a decisão da estatal de não reajustar os valores nas refinarias provocou o movimento inverso em alguns estabelecimentos. Ontem, dos 30 locais pesquisados pelo Correio, sete reduziram os preços e 14 os mantiveram o valor, em comparação com o levantamento do dia anterior.

O posto da 210 Norte, que vendia o litro do combustível, na segunda-feira, a R\$ 4,459, baixou para R\$ 4,409. O maior valor registrado pelo levantamento foi de

R\$ 4,419 em estabelecimentos do Eixinho Norte. O menor, R\$ 4,079, estava sendo cobrado na Estrada Parque Taguatinga (EPTG) e no SIA (veja tabela abaixo)

Apesar da queda em alguns postos, o preço ainda ficou acima do da semana passada, de R\$ 4,229, e a insegurança dos motoristas é grande. O motoboy Idelbrando de Sousa, 42 anos, disse que esperou para ver se o preço baixava, mas quando chegou no posto se deparou com valor R\$ 0,20 mais caro. “Estou colocando aos poucos, e à noite vou procurar um (posto) mais em conta”, afirmou.

O motorista de aplicativo Matheus Alves, 23, disse que viajou para outra cidade na sexta-feira passada e voltou com a gasolina R\$ 0,40 mais cara. “Estou abastecendo sempre que vejo um lugar mais barato só para não ficar na mão”, lamentou.

“O aumento da gasolina no Distrito Federal não tem relação direta com o ocorrido na Arábia Saudita”, afirmou Paulo Roberto Corrêa Tavares, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do DF (Sindicombustíveis). Ele explicou que a variação nas bombas se deu em virtude do aumento nas refinarias em agosto, que não havia sido repassado.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

- **Variação dos preços no DF (em reais)**

Postos 16/9/19 17/9/19

Petrobras – Posto da Lava Jato	4,319	4,399
Petrobras – Eixo W 106 Sul	4,319	4,319
Petrobras – Eixo W 109 Sul	4,199	4,299
Petrobras– Eixo L 214 Sul	4,310	4,310
Petrobras – Eixo L 212 Sul	4,319	4,319
JarJour – Eixo L 210 Sul	4,319	4,319
Petrobras – Eixo L 207 Sul	4,319	4,319
PB – Eixo L 206 Sul	4,189	4,189
Melhor – Eixo L 204 Sul	4,199	4,419
Petrobras – Eixo L 202 Sul	4,199	4,199
Ipiranga – Eixo L 204 Norte	4,359	4,359
JarJour – Eixo L 206 Norte	4,319	4,399
Petrobras – Eixo L 208 Norte	4,319	4,399
Ipiranga – Eixo L 210 Norte	4,459	4,409
Shell – Eixo L 212 Norte	4,419	4,399
Petrobras – Eixo L 214 Norte	4,419	4,419

Ipiranga – Eixo W 115 Norte	4,459	4,409
Petrobras – Eixo W 113 Norte	4,399	4,399
Ipiranga – Eixo W 112 Norte	4,419	4,399
Petrobras – Eixo W 107 Norte	4,419	4,390
Petrobras – Eixo W 103 Norte	4,409	4,409
Shell – SIG Quadra 3	4,419	4,399
Petrobras – SIG Quadra 3	4,419	4,409
Petrobras – SIA Trecho 1	4,079	4,419
Garantia – EPTG	4,079	4,099
Vtex – EPTG	4,077	4,079
Ipiranga – EPTG	4,079	4,079
Nenen's – Taguatinga Centro	4,099	4,099
Shell – Taguatinga Centro	4,099	4,419
Petrolino – Taguatinga Centro	—	4,069

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 18/09/2019

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Preocupação agora é com a estatal

São Paulo – Desde o último sábado (14), não são apenas os produtores de petróleo que estão com o nível de atenção redobrado. Após os ataques à maior instalação de processamento de petróleo na Arábia Saudita, supostamente feitos por drones, o mercado reagiu e apenas na segunda-feira (16), primeiro dia de negociação, o preço do barril de petróleo chegou a quase 20% de alta. O brent obteve o maior ganho em um pregão desde a Guerra do Golfo, em 1991.

No Brasil, a destruição da instalação saudita, reivindicada pelo grupo rebelde houthis, do Iêmen, por enquanto não provocou reações de grande instabilidade na economia local, mas trouxe preocupação quanto ao que deve ocorrer na Petrobras caso o barril de petróleo se mantenha na trajetória de alta. Quem depende de alguma forma desse óleo teme que a companhia volte à política do passado de descolar o seu preço das cotações internacionais, subsidiando a gasolina e o diesel e colocando em risco o caixa da companhia.

De imediato, o governo Bolsonaro indica que não haverá aumento de preço do petróleo, mas não há como prever o tamanho do impacto do ataque na Arábia Saudita, maior exportador de petróleo do mundo. Ontem, foi noticiado que a produção do país estará de volta aos níveis normais antes do esperado. Fala-se

extraoficialmente que a unidade destruída deve voltar a operar normalmente dentro de duas a três semanas.

Sócio da consultoria MaxiQuim, João Luiz Zuñeda acredita que não há risco de grandes impactos no Brasil. Além disso, avalia o especialista, com a retomada da produção na Arábia Saudita, os preços internacionais devem se estabilizar na casa dos US\$ 60 – em parte, o impacto deve ser menor na cotação porque a demanda vem de um período de queda por conta da desaceleração da atividade econômica internacional.

Controle de preços

Zuñeda, no entanto, chama a atenção para o que pode acontecer com a Petrobras. A decisão de segurar os preços artificialmente pode ter impacto em outra área de negócios da companhia, a de refino de petróleo. A empresa, que praticamente tem nas mãos o monopólio dessa atividade, está em processo de oferta de cerca de 50% de seu parque de refino para aquisição. Estão no pacote de desinvestimento da petroleira unidades no Sul, Sudeste e Nordeste.

“No momento em que as empresas estão de olho nessas refinarias, o presidente da Petrobras diz que não vai subir o preço agora e vai aguardar. Se o comportamento em alta do preço do petróleo e essa decisão de evitar o repasse para o preço perdurar muito, pode gerar dúvidas nos investidores e puxar para baixo o valor dos ativos da companhia”, analisa. Caso não haja repasse de preço, avalia o sócio da MaxiQuim, será um sinal de que se está perdendo dinheiro. “Se correr fora de regras de mercado, ela vai perder.”

Além do efeito na bomba de combustível, Zuñeda lembra dos impactos que poderão ser sentidos nos setores químico e petroquímico. A Arábia Saudita tem um papel importante em produtos químicos. O país produz cerca de 10% do polietileno do mundo, matéria-prima usada principalmente na indústria plástica. Segundo o consultor, de imediato a China, principal comprador desse produto, vem sentindo o impacto no seu preço.

Por outro lado, a mudança do papel dos Estados Unidos tanto na produção de combustíveis quanto no setor petroquímico poderá minimizar os efeitos pós-ataque em território saudita. O país passou de importador a exportador de polietileno. No caso do Brasil, que não tem grande relevância na área e, portanto, não é formador de preço, não deve restar muito a não ser seguir o movimento internacional.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 18/09/2019****Seção: Negócios****Autor: Paula Pacheco****Título: Alerta com questões geopolíticas**

Apesar desse ajuste que ocorrerá em toda a cadeia do petróleo, Zuñeda diz não estar pessimista, mas admite se preocupar com a questão geopolítica, pois o que aconteceu na Arábia Saudita mostrou uma nova forma de ataque – com drones. “Pode haver uma desestabilização dos preços de uma hora para outra. A diferença é que agora o percentual de petróleo da Arábia Saudita não é tão importante como no passado.”

Diretora de Economia e Estatística da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), Fátima Giovanna Coviello Ferreira também teme que conflitos bélicos possam agravar ainda mais a situação do mercado de petróleo. “Tem um sinal de alerta aí. Estamos um pouco preocupados com o encaminhamento da questão e como isso vai se resolver. Agora, estamos tentando entender o que aconteceu e as opções que serão colocadas pelos EUA, que tem um papel político fundamental. Qual vai ser a resposta que vai ser dada ao ataque?”, diz.

O país aumentou muito a produção de petróleo e hoje está em uma posição confortável nessa área. Autossuficientes, lembra Fátima, os EUA podem colocar uma parte dessas reservas no mercado e segurar parte do risco de disparada da commodity.

Incertezas Preocupam

A volatilidade que o barril de petróleo apresentou desde o ataque na Arábia Saudita, explica a diretora da Abiquim, ainda não permite que seja medido o impacto que poderá ter no setor químico. Essa imprevisibilidade seria diferente, segundo Fátima, se em vez de um ataque tivesse acontecido um acidente, seja uma refinaria ou em um campo de petróleo. “O problema é não sabermos o que vai ocorrer a partir de agora.”

Mesmo sem poder cravar o tamanho do impacto que a ação terrorista terá no mercado, Fátima avalia que algum efeito será inevitável. “A volatilidade no preço do óleo traz o mesmo para as matérias-primas do setor, como nafta. O Brasil importa muito, por isso, o que acontecer no mundo vai refletir aqui por conta da dependência. Haverá reflexo nos preços dos químicos, só não sabe de quanto e por quanto tempo.” Normalmente, explica a representante da

Abiquim, existe um intervalo de cerca de um mês até ocorrer um impacto no preço. Da mesma forma, são os mesmos 30 dias, em média, até começar a cair.

Esse chacoalhão no mercado internacional poderá comprometer ainda mais a balança comercial do setor químico, que espera por um déficit de US\$ 30 bilhões em 2019, maior do que o registrado no ano passado. Hoje, com a desaceleração da economia nacional, a indústria química trabalha com 30% de capacidade ociosa.

E o etanoel?

A crise internacional do petróleo pode se agravar em um momento em que nem o setor sucroalcooleiro tem condições de capitalizar. A avaliação é de Antonio de Pádua Rodrigues, diretor da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa os produtores do Centro-Sul do país.

Os baixos preços pagos pelo açúcar no mercado internacional têm levado nos últimos anos a um aumento da produção de etanol pelas usinas. Agora, com a safra no Centro-Sul entrando na fase final (o encerramento é entre novembro e início de dezembro), não há como aumentar a produção – que bateu recorde neste ano – imediatamente para atender a um crescimento da demanda, resultado de um possível reajuste no preço da gasolina.

Mas Pádua também compartilha da opinião de que a grande preocupação está na forma como a Petrobras vai reagir com a alta do preço do barril de petróleo. Segundo o representante da Unica, há três possibilidades – uma real e outra menos viável – para o caso de ser necessário aumentar a oferta de etanol no mercado nacional. Uma é contar com o aumento da produção do etanol obtido do milho, que vai ganhar novas unidades fabris nos próximos meses.

Outra possibilidade é transformar parte do açúcar que ainda não foi comercializado em etanol, em um processo em que é feito o derretimento. O custo nem sempre compensa. Há ainda a alternativa de aumentar a compra de etanol de milho dos EUA, que recentemente recebeu o sinal verde do Brasil para aumentar a cota embarcada para cá sem a incidência de Imposto de Importação.

Pádua não acredita que uma crise do petróleo possa levar à falta de gasolina e diesel no Brasil. Por isso, só vê como grande preocupação quais serão os próximos passos da Petrobras. “O Brasil quer vender suas refinarias, então deve ter coerência de manter o preço do petróleo alinhado ao mercado internacional.”

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 18/09/2019****Seção: Cidades****Autor: Alexandre de Paula****Título: Regalias históricas da CEB agravam crise financeira**

Tíquete natalino de R\$ 2,8 mil e auxílio para creche e escola dos filhos até os 24 anos. Esses são alguns dos exemplos de benefícios concedidos a servidores da CEB Distribuição, subsidiária da Companhia Energética de Brasília. Os funcionários da estatal mantêm as vantagens, garantidas pelo acordo coletivo de trabalho, mesmo em um contexto econômico conturbado e com a empresa acumulando dívida bilionária. A atual direção da estatal planeja cortar regalias, e a empresa está na mira do GDF para privatização (leia Para saber mais), com processo em andamento.

As dívidas da CEB Distribuição chegam a R\$ 1 bilhão, e a subsidiária registrou deficit de R\$ 33,7 milhões em 2018. Ainda assim, chamam a atenção diversas vantagens concedidas aos servidores. Um desses benefícios, por exemplo, permite que funcionários recebam auxílio para educação dos filhos. Bebês de até 6 meses dão direito a auxílio-babá, de R\$ 1 mil. Depois disso, os funcionários recebem auxílio-creche, que vai até os 6 anos da criança e tem valor médio de

R\$ 300. Ao chegar à idade-limite, porém, o benefício é convertido em bolsa escolar. Nesse caso, o apoio é de R\$ 259, pago anualmente, e dura até os 24 anos de cada filho.

Os funcionários da estatal contam também com ajuda para alimentação de R\$ 1,3 mil por mês. Ou seja, cerca de R\$ 60 por dia. No fim do ano, no entanto, o benefício ganha um aporte significativo. Cada servidor da empresa têm direito a um tíquete natalino que acrescenta R\$ 2.860 ao benefício. O valor representa, a título de comparação, 2,8 salários mínimos.

Além do plano de saúde, os funcionários da CEB contam com auxílio para bancar procedimentos odontológicos. A estatal paga 80% de tratamentos como restauração e confecção de coroas para os dentes, por exemplo. Os servidores também recebem reembolso total no caso de compras de remédios para doenças crônicas.

Negociação

Diante do contexto econômico, a direção da CEB diz que está nos planos rever a concessão dos benefícios já no novo acordo coletivo de trabalho (ACT) da companhia, que começou a ser discutido neste mês. “Esses benefícios foram negociados por gestões anteriores e incorporados ao acordo coletivo de

trabalho em uma conjuntura muito diferente da que a companhia vive no momento”, diz trecho de nota oficial da empresa enviada ao Correio. “Nada mais oportuno do que aproveitar a negociação do próximo ACT para rediscutir todos os seus termos e adequar os benefícios concedidos aos empregados à real situação financeira da empresa”, complementa o comunicado.

O Sindicato dos Urbanitários do DF, que representa os servidores da CEB, informa que a categoria está aberta para discutir e negociar mudanças nos benefícios. “Estamos dispostos a dialogar sobre isso. Tudo vai ser discutido à luz do contexto que hoje é colocado: um momento de desafios para as empresas do país que vivem situações complicadas. Isso vai ser levado em conta”, diz o diretor do sindicato João Carlos Dias.

Ele destaca, porém, que será condição fundamental para a negociação o debate de outras questões relacionadas à empresa. “Estamos dispostos a dialogar sobre a redução de benefícios. Não há dúvida disso, mas queremos também discutir outros pontos a gestão da empresa, como o número de cargos comissionados”, destaca.

Penduricalhos

Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, critica a concessão em estatais de benefícios incompatíveis com a realidade do mercado e de outros órgãos da própria administração pública. “Decisões corporativas geraram esses benefícios dentro do pressuposto de que a estatal tem poder de gerar essas vantagens e penduricalhos por ter independência administrativa”, comenta. “Mas a maioria dessas estatais, ainda que possa ter independência administrativa, depende de recursos que são públicos, que, no fim das contas, são oriundos dos impostos e taxas pagos pelo cidadão”, completa.

Nesses casos, para o especialista, a independência administrativa maquia uma situação de uso questionável dos recursos públicos que precisa ser revista. “Muitas vezes, essas regalias são uma verdadeira afronta, um acinte àqueles que os bancam: a própria sociedade”, critica. “Isso cria uma desigualdade enorme quando se compara com carreiras semelhantes fora do governo e mesmo dentro dele. É injusto que o argumento da independência das estatais acabe prevalecendo sobre essas distorções que frequentemente vem à tona.”

Por outro lado, o economista Roberto Piscitelli, da Universidade de Brasília (UnB), pondera que é preciso permitir que as estatais tenham o poder de definir as políticas salariais e de benefícios aos servidores. “Convém deixá-las com essa liberdade, esse enfoque diferenciado, mas não se pode permitir que elas ultrapassem padrões comparáveis aos da iniciativa privada ou de outras

empresas da mesma natureza em outras unidades da Federação.”

R\$ 33,7 milhões

Deficit registrado pela CEB em 2018

R\$ 1 bilhão

Dívidas acumuladas da companhia

Para saber mais

VEÍCULO:	Correio Braziliense
Data:	18/09/2019
Seção:	Cidades
Autor:	Alexandre de Paula
Título:	Privatização em andamento

A CEB Distribuição está em processo de privatização. O governador Ibaneis Rocha firmou acordo de cooperação com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a estruturação do projeto de alienação de 51% das ações da distribuidora de energia — os demais 49% permanecerão com o GDF. A subsidiária acumula R\$ 1,1 bilhão em dívidas.

Desde o início da gestão, a companhia adota medidas para tentar sair do vermelho. Em junho, fez um aporte de R\$ 81,173 milhões na distribuidora para liquidar dívidas em atraso com fornecedores de energia. Além disso, intensificou a cobrança de inadimplentes — mais de 558 mil clientes devem R\$ 634,9 milhões.

As intervenções, no entanto, não foram suficientes. Por isso, o contrato com o BNDES inclui a montagem prévia de operação de captação de recursos para a reestruturação financeira da subsidiária a fim de torná-la mais atraente para o mercado.

MME / ASCOM .